

COMPARANDO
A REGULAMENTAÇÃO EM 175 ECONOMIAS

Doing Business 2007

Como reformar



© 2006 The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank
1818 H Street NW
Washington, D.C. 20433
Telephone 202-473-1000
Internet www.worldbank.org
E-mail feedback@worldbank.org

All rights reserved.

1 2 3 4 5 09 08 07 06

A copublication of the World Bank and the International Finance Corporation.

Este volume é um produto da equipe do Grupo do Banco Mundial. As constatações, interpretações e conclusões expressas neste volume não refletem, necessariamente, os pontos de vista dos Diretores Executivos do Banco Mundial ou dos governos que eles representam. O Grupo do Banco Mundial não garante a exatidão dos dados incluídos neste trabalho.

Direitos e Permissões

O material desta publicação é protegido por direitos autorais. Copiar e/ou transmitir total ou parcialmente este trabalho sem permissão poderá constituir uma violação das leis aplicáveis. O Grupo do Banco Mundial incentiva a propagação deste seu trabalho e normalmente concederá rapidamente autorização para a reprodução de partes do mesmo.

A fim de obter permissão para copiar ou reimprimir qualquer parte deste trabalho, por favor, envie uma solicitação com informações completas ao Copyright Clearance Center Inc., 222 Rosewood Drive, Danvers, MA 01923, USA; telefone: 978-750-8400; fax: 978-750-4470; Internet: www.copyright.com.

Todas as outras questões relativas a direitos e licenças, inclusive direitos subsidiários, devem ser dirigidas ao Office of the Publisher, The World Bank, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; fax: 202-522-2422; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Exemplares adicionais de *Doing Business 2007: How to Reform*, *Doing Business in 2006: Creating Jobs*, *Doing Business in 2005: Removing Obstacles to Growth* e *Doing Business in 2004: Understanding Regulation* podem ser comprados em www.doingbusiness.org.

ISBN-10: 0-8213-6488-X
ISBN-13: 978-0-8213-6488-8
E-ISBN: 0-8213-6489-8
DOI: 10.1596/978-0-8213-6488-8
ISSN: 1729-2638

Library of Congress Cataloging-in-Publication data has been applied for.

Sumário

Doing Business 2007: Como Reformar é o quarto de uma série de relatórios anuais que investigam os regulamentos que aumentam a atividade de negócios e aqueles que a restringem. *Doing Business* apresenta indicadores quantitativos sobre regulamentos para os negócios e sobre a proteção dos direitos de propriedade que podem ser comparados entre 175 economias — do Afeganistão ao Zimbábue — e no decorrer do tempo.

São medidos os regulamentos que afetam 10 áreas do dia-a-dia dos negócios: abertura de empresas, obtenção de alvarás, contratação de funcionários, registro de propriedades, obtenção de créditos, proteção aos investidores, pagamento de impostos, comércio internacional, cumprimento de contratos e fechamento de empresas. Os indicadores são utilizados para analisar resultados econômicos e identificar quais reformas funcionaram, onde e por quê.

A metodologia tem limitações. Outras áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país em relação a grandes mercados, a qualidade dos serviços de infra-estrutura (além dos serviços relacionados ao comércio internacional), a segurança das propriedades contra roubo e depredação, a transparência das compras governamentais, as condições macroeconômicas ou a força subjacente das instituições, não são estudadas diretamente por *Doing Business*. Para tornar os dados comparáveis entre países, os indicadores se referem a um tipo específico de empresa — geralmente uma sociedade de responsabilidade limitada, operando na maior cidade do país.

A metodologia para quatro dos tópicos de *Doing Business* mudou nesta edição. Para pagamento de impostos, agora a alíquota total de imposto inclui todas as contribuições trabalhistas pagas pelo empregador e exclui os impostos sobre consumo. No tópico cumprimento de contratos, o estudo de caso foi revisto de forma a refletir uma típica disputa contratual sobre a qualidade de produtos em vez de uma simples falta de pagamento. No caso do comércio internacional, agora *Doing Business* registra o custo associado à exportação e importação de cargas, além do tempo e do número de documentos exigidos. E no tópico contratação de funcionários, os custos indiretos da mão-de-obra [custos de contratação, treinamento, etc.] não são mais incluídos no cálculo da facilidade de contratar funcionários. Por essas razões — além da adição de 20 novas economias — as classificações do último ano sobre a facilidade de fazer negócios foram recalculadas usando-se a nova metodologia e são relatadas na Visão Geral.

Visão Geral	1
Abertura de empresas	8
Obtenção de alvarás	13
Contratação de funcionários	18
Registro de propriedades	23
Obtenção de crédito	28
Proteção de investidores	33
Pagamento de impostos	38
Comércio internacional	43
Cumprimento de contratos	48
Fechamento de empresas	53
Referências	58
Descrição dos dados	61
Indicadores de Doing Business	79
Tabelas dos países	95
Agradecimentos	155

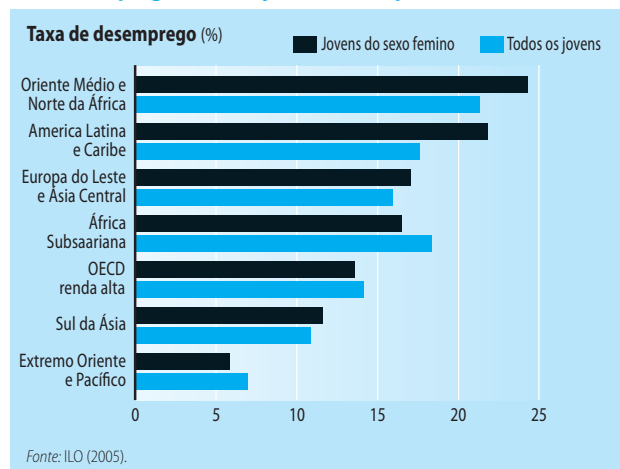
Visão Geral

Na Bolívia, de uma população de 8,8 milhões, 400 mil trabalhadores têm empregos formais no setor privado. Na Índia, um país com 1,1 bilhão de habitantes, 30 milhões de trabalhadores têm empregos formais. Em Malauí, 50 mil de uma população de 12 milhões. Em Moçambique, 350 mil em um país com 20 milhões de habitantes.

Reformas podem mudar isto, ao tornar mais fácil a criação de mais empregos pelas empresas. Os maiores beneficiados serão as mulheres e os jovens trabalhadores. Estes grupos respondem por uma grande parcela dos desempregados (figura 1.1). As reformas também ampliam o alcance dos regulamentos, trazendo empresas e trabalhadores para o setor formal, no qual esses podem ter os benefícios de seguro saúde e pensões. Empresas pagam impostos. Os produtos estão sujeitos a padrões de qualidade. E elas têm maior facilidade para obter crédito bancário ou usar os tribunais para resolver disputas.

FIGURA 1.1

Alto desemprego entre os jovens, em especial do sexo feminino



Muitos governos estão agindo. Duzentas e treze reformas, em 112 economias, foram introduzidas entre janeiro de 2005 e abril de 2006. Os reformadores simplificaram os regulamentos relativos a negócios, fortaleceram os direitos de propriedade, reduziram o ônus fiscal, aumentaram o acesso ao crédito e reduziram o custo de exportação e importação.

A Geórgia é a principal reformadora, melhorando em 6 das 10 áreas estudadas por *Doing Business* (tabela 1.1). O capital mínimo exigido para a abertura de uma nova empresa foi reduzido de 2.000 lari para 200 (US\$85). Os registros de empresas cresceram 55% entre 2005 e 2006. Reformas na alfândega e na polícia de fronteira simplificaram os procedimentos nas fronteiras. Em 2004, eram necessários 54 dias para se satisfazer todas as exigências administrativas para exportar, hoje são apenas 13. A Geórgia também alterou seu código de procedimentos para os tribunais, introduzindo neles varas comerciais especializadas e reformando o processo de recursos. O prazo para a resolução de disputas comerciais simples caiu de 375 para 285 dias.

Os novos regulamentos trabalhistas da Geórgia ajudam os trabalhadores a conseguir empregos melhores. As contribuições, para a seguridade social, pagas pelas empresas foram reduzidas de 31% para 20% dos salários, tornando mais fácil a contratação de novos trabalhadores. A melhor cobrança de impostos das empresas, que elevou a arrecadação em 300%, mais que compensou a perda de receitas. E o desemprego caiu 2 pontos percentuais.

A Romênia é a segunda colocada, também com reformas em 6 das 10 áreas de *Doing Business*. Foram simplificados os procedimentos para a obtenção de alvarás para construir e foi instalada uma repartição única para processar as solicitações, quando antes, os empresários tinham de ir a 5 órgãos diferentes. O tempo necessário para a obtenção de documentos para as

TABELA 1.1
As dez maiores reformadoras em 2005/06

Economia	Abertura de empresa	Obtenção de alvarás	Contratação de funcionários	Registro de propriedades	Obtenção de créditos	Proteção ao investidor	Pagamento de impostos	Comércio internacional	Cumprimento dos contratos	Fechamento de empresas
Geórgia	✓	✓	✓		✓			✓	✓	
Romênia		✓	✓		✓	✓		✓		✓
México	✓					✓	✓			
China	✓				✓	✓		✓		
Peru	✓				✓	✓			✓	✗
França		✓			✓			✓	✓	✓
Croácia	✓			✓					✓	
Guatemala	✓	✓		✓						
Gana				✓			✓	✓		
Tanzânia	✓			✓		✓		✓		

Nota: As economias são classificadas pelo número e o impacto das reformas. Em primeiro lugar, *Doing Business* seleciona as economias que reformaram em três ou mais tópicos do *Doing Business*. Em segundo lugar, ele classifica tais economias de acordo com o crescimento na classificação quanto à facilidade de fazer negócios a partir do ano anterior. Quanto mais ampla a melhoria, mais alta será a classificação de um reformador. "X" indica uma reforma negativa. *Doing Business* database.

construções caiu 49 dias. Para incentivar as empresas a contratar trabalhadores sem experiência, a Romênia adotou uma nova regra trabalhista permitindo que os contratos por tempo determinado se estendessem por até 6 anos. O país também facilitou o comércio internacional. Atualmente, auditorias pós-liberação permitem que a alfândega libere rapidamente as cargas para os importadores, com o conteúdo dos contêineres verificado depois que eles chegam aos depósitos. O tempo necessário que os comerciantes necessitavam para satisfazer a todas as exigências oficiais foi reduzido à metade, ou seja, para 14 dias e o número de documentos para exportações caiu para 4, igualando a média da União Europeia.

O México vem em terceiro lugar, com reformas nos tópicos de abertura de empresas, proteção dos investidores e pagamento de impostos. Uma nova lei de valores mobiliários define, pela primeira vez, os deveres dos membros dos conselhos de administração das empresas, afastando sua obrigação de "cuidar da empresa como se ela fosse sua" para uma definição precisa de uma lista de atividades que vão contra ela. A lei também aumenta o exame criterioso de transações

entre partes que têm um relacionamento entre si. Ela exige plena transparência, antes que qualquer acordo beneficiando alguém de dentro da empresa, possa ocorrer. Outras reformas reduziram o tempo para se abrir uma empresa na Cidade do México, de 58 dias para 27, permitindo que os cartórios emitam imediatamente um número de registro e simplificando o registro de empresas. O imposto de renda para pessoas jurídicas foi reduzido de 33%, em 2004, para 30% em 2005 e 29% em 2006.

A África está reformando

No último ano e também no ano anterior a África estava atrás de todas as outras regiões em termos de ritmo de reformas. Este ano ela está em terceiro lugar, atrás somente da Europa do Leste, da Ásia Central e dos países de renda alta da OCDE (figura 1.2). Dois terços dos países africanos realizaram pelo menos uma reforma e Tanzânia e Gana estão entre os 10 países que mais realizaram reformas.

Na Costa do Marfim o registro de um imóvel demorava 397 dias em 2005. Reformas eliminaram a exigência de obtenção do consentimento do ministro de assuntos urbanos para a transferência da propriedade, e hoje demora 32 dias. Burkina Faso reduziu de 12 para 8 os procedimentos para se abrir uma empresa e o prazo caiu de 45 para 34 dias. Madagascar reduziu o capital mínimo para se abrir uma empresa de 10 milhões de francos para 2 milhões. A Tanzânia introduziu o intercâmbio eletrônico de dados e inspeções aduaneiras baseadas no risco. O prazo de liberação de produtos importados caiu em 12 dias. Gâmbia, Nigéria e Tanzânia reduziram os atrasos nos tribunais.

Mais melhorias estão em andamento e irão se refletir nos indicadores de *Doing Business* do próximo ano. Benin, Burkina Faso, Camarões, Gâmbia, Madagascar, Malauí, Mali, Moçambique, Níger, Nigéria e Zâmbia começaram a simplificar a regulamentação dos negócios. As reformas fáceis – aquelas que podem ser feitas pela assinatura de um ministro – estão chegando primeiro. Por pequenas que sejam essas reformas iniciais, elas podem atrair investidores que buscam as oportunidades de crescimento que virão a seguir. A fase de grande crescimento da Índia pode ter se iniciado com reformas como essas na década de 80.¹

FIGURA 1.2

A África está em terceiro lugar em reformas



Diversos países africanos são mais ambiciosos. Maurício fixou uma meta de entrar para as 10 mais no tópico “facilidade para fazer negócios” até 2009. O país visa várias áreas de reforma: tornar mais flexíveis as leis trabalhistas, reduzir a carga fiscal e acelerar a abertura de novas empresas e o registro de propriedades. Uma das reformas: a partir de 2007 cada empresa irá receber um número de registro único e os empresários não precisarão mais comparecer pessoalmente para os números de registro do imposto de renda pessoa jurídica, imposto de valor agregado, alfândega e seguridade social. O objetivo é fazer com que os dados se movimentem dentro do governo e não que os empresários corram de um órgão para outro.

China, Europa do Leste: reformas rápidas

Atenção, restante do mundo: a China está entre os 10 países que mais reformam. O governo acelerou a abertura de empresas, aumentou as proteções aos investidores e reduziu a burocracia relativa ao comércio internacional. A China também estabeleceu um cartório de informações de crédito para empréstimos aos consumidores. Hoje 340 milhões de cidadãos possuem históricos de crédito.

A Europa do Leste foi a região que mais melhorou em facilidades para fazer negócios. O desejo de se unir à União Européia inspirou reformas na Croácia e na Romênia. Bulgária e Letônia vêm logo atrás, estas economias que se classificaram entre o 11º e o 15º lugares, respectivamente, na lista dos principais reformadores, juntamente com El Salvador, Índia e Nicarágua. A competição pela flexibilização dos regulamentos na União Européia ampliada deu novo ímpeto às reformas.

As três reformas mais ousadas, que levaram aos maiores saltos nos indicadores de *Doing Business*:

- O aumento da proteção aos investidores no México, na sua nova lei de valores mobiliários.
- As regras trabalhistas flexíveis da Geórgia, em seu novo código de trabalho.
- A flexibilização dos procedimentos para exportações e importações na Sérvia, em seu novo código alfandegário.

A reforma mais popular em 2005/06 foi a simplificação dos regulamentos para se abrir uma empresa. Quarenta e três países simplificaram seus procedimentos, reduzindo custos e atrasos (figura 1.3). A segunda reforma mais popular foi a redução das alíquotas dos impostos e os incômodos administrativos enfrentados pelas empresas no pagamento de impostos. É fácil entender por que essas reformas encabeçam a lista: eleições podem ser ganhas tendo como plano “mais empregos, menos impostos”.

Vários países (incluindo Bolívia, Eritréia, Hungria, Timor Leste, Uzbequistão, Venezuela e Zimbábue) regrediram. A Venezuela tornou mais difícil para as empresas registrar propriedades, obter crédito e praticar comércio internacional. A pior reforma do ano teve lugar na Eritréia: em novembro de 2005, o governo suspendeu todas as licenças de construção e proibiu que empresas privadas entrassem no setor da construção.

Cingapura: onde fazer negócios é mais fácil

Cingapura tornou-se a economia mais favorável para os negócios no mundo em 2005/06, de acordo com os indicadores de *Doing Business* (tabela 1.2). A Nova Zelândia é a segunda colocada e os Estados Unidos vêm logo atrás.

Alguns países subiram muito nas classificações no tópico facilidade de fazer negócios. Em 2004, a Geórgia estava em 112º lugar. Este ano, está em 37º. O México subiu 19 lugares, chegando ao 43º. Essas grandes mudanças mostram os ganhos possíveis quando os países insistem nas reformas todos os anos.

Mas as classificações na facilidade para se fazer negócios não contam toda a história. O indicador é limitado em seu escopo: ele cobre somente os regulamentos que regem os negócios. Ele não leva em conta a proximidade de um país em relação aos grandes mercados, à qualidade dos seus serviços de infra-estrutura (além daqueles ligados ao comércio internacional), à segurança da propriedade contra roubo e pilhagem, à transparência das compras governamentais, às condições macroeconômicas ou à força subjacente das instituições.² Assim, embora a Namíbia se classifique quase como Portugal em facilidade para fazer negócios, isto não significa que as empresas estejam tão ansiosas por operar em Windhoek quanto em Lisboa. A distância dos grandes mercados e a infra-estrutura deficiente, dois aspectos não estudados diretamente em *Doing Business*, tornam a Namíbia um destino menos atraente para os investidores.

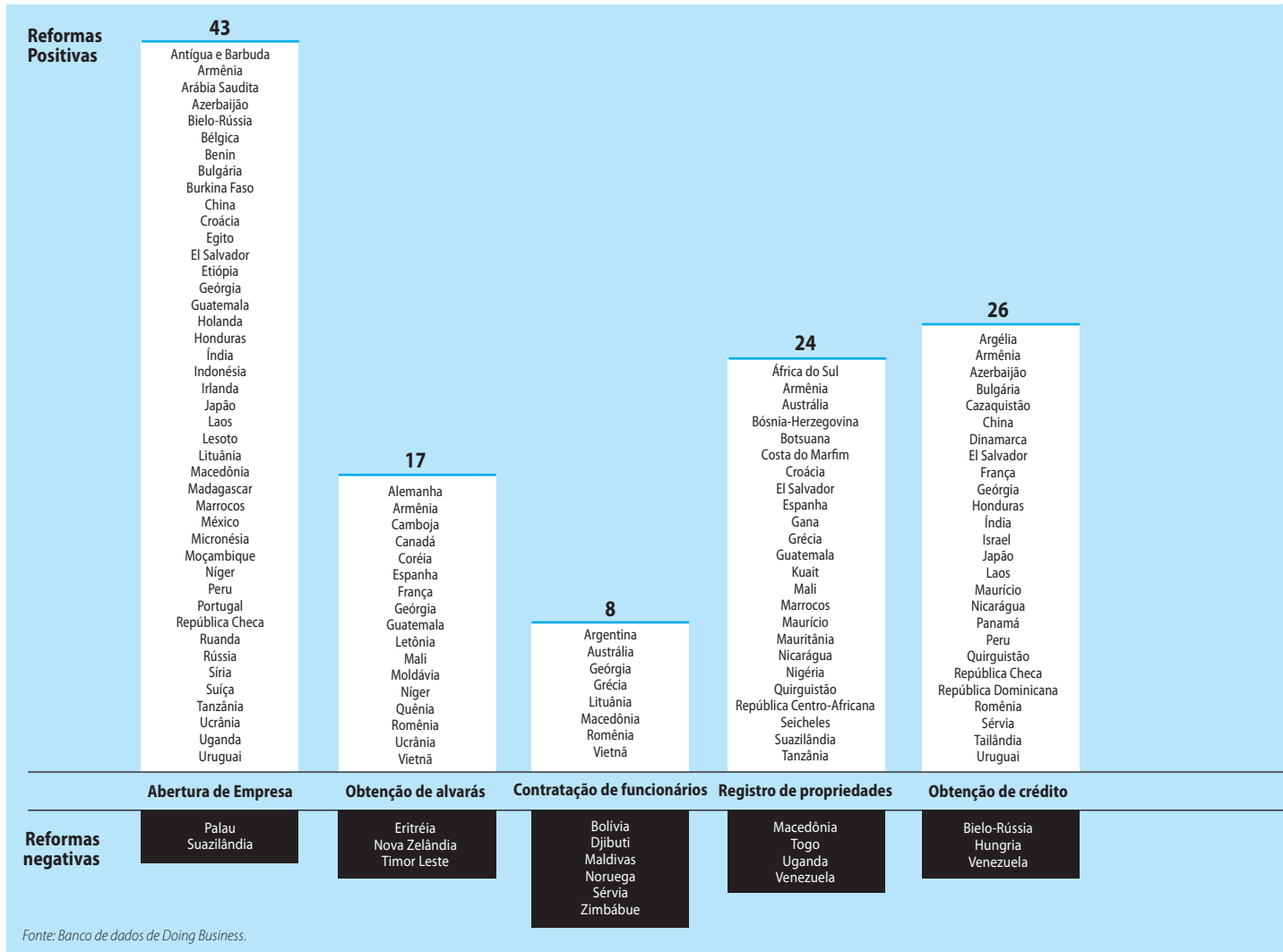
Contudo, uma boa classificação em facilidade para fazer negócios não significa que o governo criou um ambiente regulador favorável à operação de empresas. A ascensão nos indicadores de *Doing Business* muitas vezes substitui reformas mais amplas em leis e instituições, cujos efeitos vão além dos procedimentos administrativos e do tempo e custo para cumprir os regulamentos vigentes para as empresas.

O que se mede se faz

Em 2003, os patrocinadores da Associação Internacional de Desenvolvimento (International Development Association) estabeleceram que a redução de prazos e custos para a abertura de uma empresa era uma condição necessária para a obtenção de doações adicionais. Dezesesseis países reformaram seus regulamentos, reduzindo, em média, os prazos em 9% e os custos em 13%.³ Em 2004, a Millennium Challenge Account dos Estados Unidos também introduziu condições baseadas no desempenho em termos de prazos e custos para a abertura de novas empresas para a concessão de verbas. Desde então, 13 países iniciaram reformas visando satisfazer os critérios. Burkina Faso, El Salvador, Geórgia e Madagascar já conseguiram. A lição: o que se mede se faz.

A publicação de dados comparativos sobre a facilidade para fazer negócios motiva governos a realizar reformas. Desde seu início, em outubro de 2003, o projeto *Doing Business* inspirou ou forneceu dados para 48 reformas em todo o

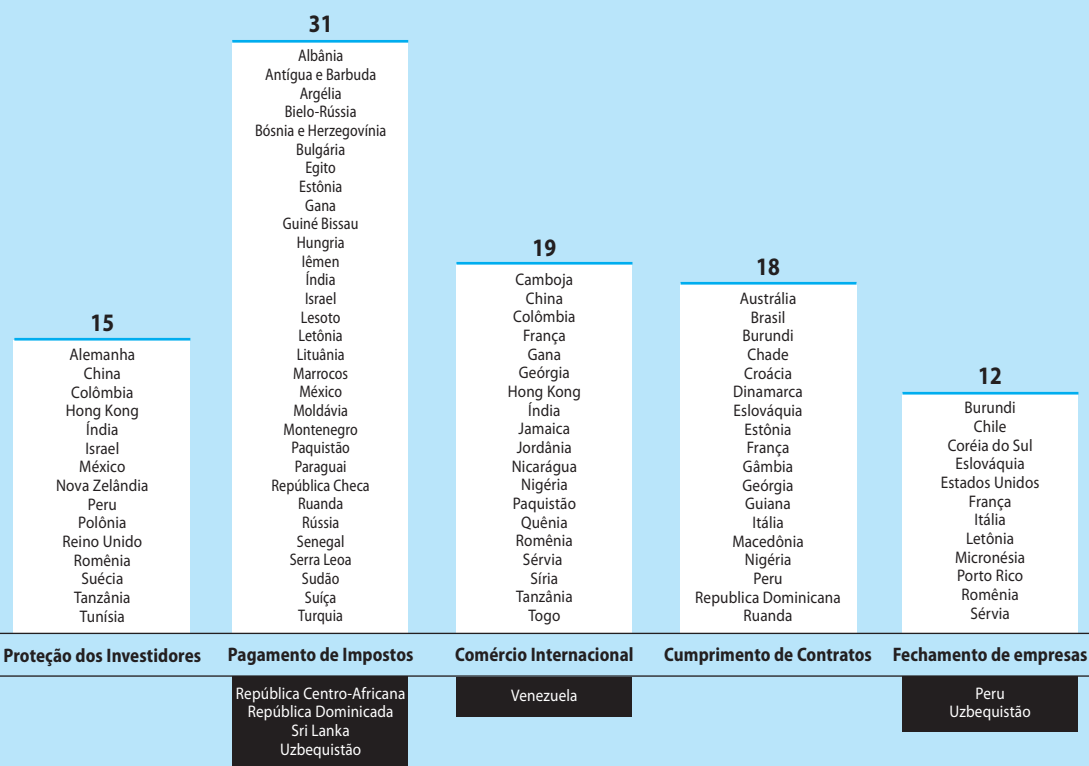
FIGURA 1.3

213 reformas tornaram mais fáceis os negócios – 25 os tornaram mais difíceis

mundo. Moçambique está reformando vários aspectos do seu ambiente de negócios, visando atingir o primeiro lugar na região Sul da África em facilidade para fazer negócios. Burkina Faso, Mali e Níger estão competindo pela primeira colocação na região oeste. A Geórgia quer estar na lista dos 25 melhores e usa indicadores de *Doing Business* como marcos de referência do seu progresso. Maurício e a Arábia Saudita querem estar entre os 10 melhores.

As comparações entre estados ou cidades no mesmo país servem de impulso para reformas ainda mais significativas. Recentes estudos em 13 cidades no Brasil e 12 no México criaram uma feroz concorrência pela criação do melhor ambiente para os negócios.⁴ A razão é simples: com regulamentos federais idênticos, fica mais difícil para os prefeitos de explicar por que se demora mais ou por que custa mais abrir uma empresa ou registrar uma propriedade. Não há desculpas.

Para que tenham utilidade para os reformadores, os indicadores precisam ser simples, fáceis de reproduzir e ligados a mudanças específicas de políticas. Só assim eles irão motivar reformas e serão de utilidade na avaliação do sucesso. Existem poucas medidas desse tipo. Mas isto está mudando. Em vários países, como em Mali e Moçambique, atualmente, as empresas privadas participam da identificação das reformas mais necessárias. Acostumadas com lucros, elas trazem um novo foco para a medição. A cultura de burocratas dizendo a burocratas o que é bom para os negócios está desaparecendo. E com ela está indo a aversão pela medição dos resultados de reformas em regulamentos.



Como reformar

Das economias que mais reformaram nos 3 últimos anos, quase 85% das reformas ocorreram nos primeiros 15 meses de um novo governo. A mensagem para um governo eleito recentemente (como em Benin e México) ou reeleito (como na Colômbia) é: o momento para levar adiante reformas ousadas é no início do mandato. Nas palavras de um reformador: “Reformar é como consertar um carro com o motor funcionando, não há tempo para formular estratégias”.

Quando o governo tem sucesso nessas reformas no início de mandato, os cidadãos começam a ver benefícios: mais empregos, mais recursos para saúde e educação. Cresce o apetite por novas reformas. Na Geórgia e na Romênia (os países que subiram mais depressa nas classificações de *Doing Business*) os reformadores empreenderam reformas simultâneas em várias áreas no início dos seus mandatos.

No entanto, poucos países têm a oportunidade (ou sentem a pressão) para um “bombardeio” de reformas. Em vez disso, os reformadores precisam decidir quais reformas realizar primeiro. Os 4 passos para uma reforma bem-sucedida são:

- Começar com simplicidade e considerar reformas que não necessitem de mudanças legislativas.
- Cortar procedimentos desnecessários, reduzindo o número de burocratas com os quais os empresários devem interagir.
- Introduzir formulários padronizados para as solicitações e publicar o máximo possível de informações sobre regulamentos.
- E lembre-se: muitas das frustrações para as empresas provêm de como são aplicados os regulamentos. A internet alivia essas frustrações sem alterar o espírito dos regulamentos.

TABELA 1.2

Classificação relativa à facilidade para fazer negócios

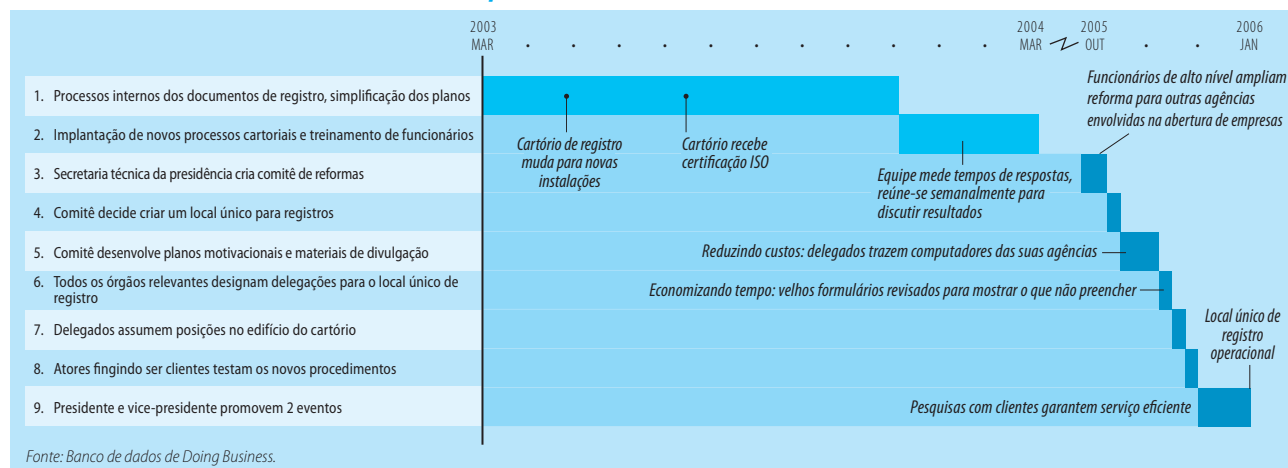
2007 Classificação	2006 Classificação	Economia	2007 Classificação	2006 Classificação	Economia	2007 Classificação	2006 Classificação	Economia
1	2	Cingapura	60	58	Kiribati	119	113	Irã
2	1	Nova Zelândia	61	56	Eslovênia	120	115	Albânia
3	3	Estados Unidos	62	57	Palau	121	122	Brasil
4	4	Canadá	63	82	Cazaquistão	122	119	Suriname
5	6	Hong Kong	64	70	Uruguai	123	120	Equador
6	5	Reino Unido	65	78	Peru	124	134	Croácia
7	7	Dinamarca	66	60	Hungria	125	125	Cabo Verde
8	9	Austrália	67	72	Nicarágua	126	121	Filipinas
9	8	Noruega	68	95	Sérvia	127	127	Gaza e Cisjordânia
10	10	Irlanda	69	61	Ilhas Salomão	128	132	Ucrânia
11	12	Japão	70	64	Montenegro	129	124	Bielo-Rússia
12	11	Islândia	71	75	El Salvador	130	135	Síria
13	14	Suécia	72	65	Dominica	131	126	Bolívia
14	13	Finlândia	73	63	Granada	132	129	Gabão
15	16	Suíça	74	66	Paquistão	133	130	Tadjiquistão
16	15	Lituânia	75	74	Polónia	134	138	Índia
17	17	Estônia	76	67	Suazilândia	135	131	Indonésia
18	19	Tailândia	77	68	Em. Árabes Unidos	136	133	Guiana
19	18	Porto Rico	78	73	Jordânia	137	139	Benin
20	20	Bélgica	79	76	Colômbia	138	143	Butão
21	21	Alemanha	80	77	Tunísia	139	136	Haiti
22	22	Holanda	81	79	Panamá	140	137	Moçambique
23	23	Coréia do Sul	82	69	Itália	141	156	Costa do Marfim
24	31	Letônia	83	80	Quênia	142	150	Tanzânia
25	25	Malásia	84	83	Seicheles	143	142	Camboja
26	26	Israel	85	85	São Cristóvão e Névis	144	141	Comores
27	27	Sta. Lucia	86	87	Líbano	145	140	Iraque
28	24	Chile	87	86	Ilhas Marshall	146	152	Senegal
29	28	África do Sul	88	81	Bangladesh	147	151	Uzbequistão
30	30	Áustria	89	89	Sri Lanka	148	146	Mauritânia
31	29	Fiji	90	104	Quirguistão	149	148	Madagascar
32	32	Maurício	91	84	Turquia	150	157	Guiné Equatorial
33	33	Antígua e Barbuda	92	94	Macedônia	151	154	Togo
34	37	Armênia	93	108	China	152	147	Camarões
35	47	França	94	102	Gana	153	145	Zimbábue
36	34	Eslováquia	95	91	Bósnia e Herzegovina	154	161	Sudão
37	112	Geórgia	96	97	Rússia	155	166	Mali
38	35	Arábia Saudita	97	96	Etiópia	156	155	Angola
39	38	Espanha	98	101	lêmen	157	149	Guiné
40	45	Portugal	99	100	Azerbaijão	158	158	Ruanda
41	36	Samoa	100	90	Nepal	159	164	Laos
42	39	Namíbia	101	93	Argentina	160	170	Níger
43	62	México	102	92	Zâmbia	161	153	Djibuti
44	42	São Vicente e Granadinas	103	88	Moldávia	162	159	Afganistão
45	41	Mongólia	104	98	Vietnã	163	171	Burkina Faso
46	40	Kuwait	105	99	Costa Rica	164	144	Venezuela
47	43	Taiwan	106	105	Micronésia	165	165	Egito
48	44	Botsuana	107	103	Uganda	166	160	Burundi
49	71	Romênia	108	109	Nigéria	167	162	Rep. Centro-Africana
50	48	Jamaica	109	111	Grécia	168	163	Serra Leoa
51	46	Tonga	110	106	Malauí	169	167	São Tomé e Príncipe
52	50	Rep. Checa	111	107	Honduras	170	168	Eritreia
53	49	Maldivas	112	110	Paraguai	171	169	Congo
54	59	Bulgária	113	118	Gâmbia	172	172	Chade
55	52	Omã	114	116	Lesoto	173	173	Guiné Bissau
56	51	Belize	115	117	Marrocos	174	174	Timor Leste
57	53	Papua Nova Guiné	116	123	Argélia	175	175	Rep. Democrática do Congo
58	54	Vanuatu	117	114	Rep. Dominicana			
59	55	Trinidad e Tobago	118	128	Guatemala			

Note: As classificações para todas as economias foram avaliadas em abril de 2006 e registradas nas tabelas dos países. As classificações em facilidade para fazer negócios são a média das classificações do país nos 10 tópicos cobertos em *Doing Business 2007*. As classificações do ano passado estão apresentadas em itálicos. Elas foram ajustadas às mudanças na metodologia, correções de dados e a adição de 20 novas economias. Veja detalhes em Descrição dos dados.

Fonte: Banco de dados de *Doing Business*.

FIGURA 1.4

Como El Salvador reformou a abertura de empresas



El Salvador fez tudo isso. Em 2 anos reduziu de 115 dias para 26 o tempo de abertura de uma empresa sem alterações nas leis (figura 1.4). A reforma começou em 2003, no cartório de registro de empresas, o qual fixou a meta de se tornar o primeiro cartório da América Latina a conseguir uma certificação ISO. A equipe administrativa desenvolveu estudos de tempos e mecanismos de todas as transações e eliminou as etapas desnecessárias. Pesquisas com clientes garantiram um feedback oportuno. Em 18 meses, o tempo de abertura se reduziu para 40 dias e a parcela de clientes satisfeitos subiu de 32% para 87%. Em um segundo momento de reformas, funcionários dos Ministérios das Finanças e do Trabalho, bem como do Instituto de Seguridade Social foram transferidos para o órgão de registro de empresas. Atualmente, os empresários podem fazer o registro em quatro órgãos, bastando uma única viagem.

O Paquistão seguiu caminho semelhante. O país introduziu um novo processo de liberação alfandegária que permite que os importadores entreguem as declarações de carga antes dos bens chegarem ao porto. Agora o prazo de importação de bens é de 19 dias (da conclusão de um contrato de vendas até a chegada dos bens ao depósito). Em 2004, tudo isso chegava a levar 39 dias. A Jamaica introduziu um software que detecta se um documento de carga está incompleto e calcula as taxas alfandegárias a serem pagas. Em Gana, uma nova tecnologia liga a alfândega a vários bancos comerciais para que os funcionários aduaneiros possam confirmar o pagamento de impostos sem nenhuma burocracia adicional.

Novas tecnologias também podem simplificar as interações entre os empresários e a autoridade fiscal. Madagascar informatizou as declarações de impostos a pagar, em outubro de 2005. Atualmente, se não houver mudanças nas informações apresentadas com antecedência, a empresa pode aperfeiçoar a mesma declaração, num simples apertar de uma tecla. O benefício: o tempo para cumprir os regulamentos fiscais passou por uma redução de 17 dias. A Croácia simplificou seus formulários fiscais, eliminando no processo 8 páginas da declaração de rendimentos. O prazo para cumprir os regulamentos fiscais caiu em 5 dias.

Facilitar os negócios para todas as empresas

Seja lá o que façam os reformadores, eles devem fazer sempre esta pergunta: “Quem será o maior beneficiário?” Se as reformas são vistas como benefício apenas para investidores estrangeiros, grandes investidores nacionais ou burocratas especuladores, elas irão reduzir a legitimidade do governo. As reformas devem reduzir o ônus sobre todas as empresas: grandes e pequenas, nacionais e estrangeiras, rurais e urbanas. Dessa maneira, não existe a necessidade de adivinhar de onde virá o próximo grande aumento no número de empregos. Qualquer empresa terá a oportunidade de prosperar — seja rodando filmes em Lagos, elaborando programas de software em Bangalore ou transcrevendo anotações de doutores em Belize.

Notas

1. Rodrik e Subramanian (2005).
2. *Doing Business* do próximo ano irá ampliar o escopo de indicadores para cobrir a qualidade da infra-estrutura para negócios e, possivelmente, a transparência nas compras governamentais.
3. Essas metas foram substituídas por metas intangíveis na rodada de concessões seguinte. Perdeu-se uma oportunidade de buscar inspiração para mais reformas.
4. FIAS (2006a, 2006b).

Agradecimentos

Detalhes de contatos com parceiros locais estão disponíveis

no website de *Doing Business* em

<http://www.doingbusiness.org>

Doing Business 2007 foi preparado por uma equipe liderada por Simeon Djankov e Caralee McLiesh, sob a direção geral de Michael Klein. A equipe também contou com Svetlana Bagaudinova, Marie-Lily Delion, Jacqueline den Otter, Allen Dennis, Penelope Fidas, Monica Hanssen, Sabine Hertveldt, Benjamin Horne, Melissa Johns, Joanna Kata-Blackman, Adam Larson, Julien Levis, Darshini Manraj, Dana Omran, Rita Ramalho, Sylvia Solf, Caroline van Coppenolle, Adriana Vicentini, Lihong Wang, Jelani Wilkins e Justin Yap. Mema Beye, Hania Dawood e Françoise-Helene Schorosh deram sua contribuição meses antes da publicação.

Oliver Hart, Rafael La Porta e Andrei Shleifer deram suporte acadêmico ao projeto. O projeto de pagamento de impostos foi conduzido em parceria com a PricewaterhouseCoopers, liderado por Robert Morris juntamente com Kelly Murray e Penny Vaughn. Os projetos sobre proteção aos investidores e cumprimento dos contratos foram conduzidos em parceria com a associação Lex Mundi, e liderados por Carl Anduri e Sam Nolen. O Ministério do Exterior da Islândia forneceu os fundos para a expansão do modelo para 20 pequenas economias. Paul Holtz e Alison Strong editaram o manuscrito. Nadine Shamounki Ghannam e Suzanne Smith trabalharam no editorial e na orientação do marketing. Gerry Quinn prestou sua colaboração na parte gráfica.

Cada capítulo foi apreciado por um grupo de peritos compreendendo Irina Astrakhan, Teresa Barger, Alexander Berg, David Bernstein, Penelope Brook, Tony Burns, Miarta Capaul, Stijn Claessens, Jacqueline Colidge, Michael Engelschalk, Mario Gamboa-Cavazos, Luke Haggarty, Linn Hammergren, Catherine Anne

Hickey, Leora Klapper, Arvo Kuddo, Peter Ladegaard, Richard Messick, Andrei Mikhnev, Cláudio Montenegro, Tatiana Nenova, Sanda Putnina, Dory Reiling, Adolfo Rouillon, Jorge Saba Arbache, Jolyne Sanjak, Sevi Simavi, Inderbir Singh Dhingra, Kalanidhi Subbarao, Richard Symonds, Vijay Tata e Mahesh Uttamchandoni.

O original inteiro do relatório foi revisado por Demba Ba, François Bourguignon, Susan Goldmark, Arvind Gupta, Ernesto May, Fernando Montes-Negret, Vikram Nehru, Michele de Nevers, Guillermo Perry, Mohammed Zia Qureshi e Tefvik Mehmet Yaprak. Agradecemos os comentários e as releituras feitos pelas equipes do Banco Mundial e de setores independentes.

O serviço on-line do banco de dados do *Doing Business* é gerenciado pelo *Private Sector Development Knowledge Management Unit* do Banco Mundial

O relatório tornou-se viável graças à generosa contribuição de mais de 5.000 advogados, contadores, juizes, empresários e funcionários públicos, em 175 países. As citações contidas neste relatório são de parceiros locais, a menos que haja indicação em contrário. Os nomes daqueles que solicitaram ser identificados individualmente, estão relacionados nas páginas subsequentes. Detalhes para contatos encontram-se no website de *Doing Business* em <http://www.doingbusiness.org>



THE WORLD BANK

WWW.DOINGBUSINESS.ORG



9 780821 364888

0-8213-6488-X